

Público

22-05-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 20

Partidos de acordo no combate ao branqueamento de capitais mas avisam que é preciso fazer mais

Parlamento
Maria Lopes

Governo ouviu críticas sobre atrasos na transposição das directivas e referências ao processo de Isabel dos Santos

Os partidos estão de acordo com a necessidade de se apertar o combate ao branqueamento de capitais, mas avisam que não basta reforçar as leis: é preciso fazer o mesmo aos meios técnicos e humanos para se ser eficaz.

Os deputados aprovaram ontem, na generalidade, a proposta de lei do Governo – apresentada pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes – de transposição de duas directivas europeias sobre prevenção de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. Só PCP, PEV e Iniciativa Liberal (IL) se abstiveram. O diploma vai agora seguir um longo caminho na discussão na especialidade, com mais de uma vintena de audições a diversas entidades.

Porém, no âmbito também dos paraísos fiscais, ficaram pelo caminho os projectos de lei do PCP e do PEV que pretendiam proibir o acesso aos apoios estatais no âmbito da pandemia a empresas com sede em *offshores*, com o voto contra do PS, PSD, CDS e IL – os restantes partidos votaram a favor. Também acabou chumbado o diploma do PCP que proibia ou limitava as relações comerciais, profissionais e transacções com entidades sediadas em paraísos fiscais com o voto contra do PS, PSD e CDS, e a abstenção da IL.

“Não se admite que não paguem impostos pelos lucros que facturam e ganham em Portugal”, levem o dinheiro para outro país e depois beneficiem do dinheiro do Estado português, argumentaram os dois partidos.

No debate, o secretário de Estado da Justiça Mário Belo Morgado explicou que o diploma acrescenta ao ordenamento jurídico regras sobre a criptomoeda e as bitcoin criando o conceito de activos virtuais, impõe obrigações de reporte de informação às entidades que estabelecem negócios com países considerados de “elevado risco”, agrava a moldura para as

entidades com deveres profissionais acrescidos de transparência e alarga o elenco de ilícitos – como a contrafacção de moeda virtual ou burla informática.

PCP, PEV e Bloco defenderam a necessidade de acabar com os paraísos fiscais que catapultam a fraude e a evasão fiscal, o branqueamento de capitais e ajudam a financiar o terrorismo. Sobre as directivas, PSD, CDS e Bloco criticaram a demora da transposição – que devia ter sido feita até Janeiro – e avisaram que é absolutamente prioritário o reforço de meios técnicos e humanos para a investigação criminal e combate à criminalidade de colarinho branco. “As leis são importantes, mas só serão eficazes se tivermos meios para as aplicar” – computadores e pessoas.

O CDS pediu maior equilíbrio entre a sanção do branqueamento e os crimes que o antecedem, como o tráfico e extorsão. A IL avisou para os conflitos entre a obrigação de recolha de informação e a protecção de dados. E o PAN aproveitou para defender o fim dos vistos *gold*, tal como o Bloco.

Mariana Mortágua afirmou que o Governo só legisla agora obrigado por Bruxelas e na sequência do *Luan-da Leaks*, e defendeu maior transparência das estruturas societárias no patamar dos últimos beneficiários. Vincou que o combate ao crime económico também depende da vontade política e afirmou que não foi só Isabel dos Santos que lavou nem só o Eurobic que participou no branqueamento: toda a cleptocracia de Angola lavou dinheiro em Portugal com a complacência, disse, “do regime português”.

maria.lopes@publico.pt



António Mendonça Mendes
apresentou os diplomas